

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região

Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Membros do Governo

No passado dia 31 de Janeiro foi entregue em Bruxelas o Acordo de Parceria – Portugal/União Europeia relativamente às prioridades de financiamento com fundos estruturais europeus para o período 2014-2020.

Esta formalização, que foi o culminar de um intenso processo negocial, configurou um momento de grande importância para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Os Açores garantiram um envelope financeiro de 1.546 Milhões de Euros, em termos nominais, cerca de oito milhões de euros superior ao do período de programação de política europeia anterior, Qresa.

Este aumento é merecedor de destaque porque foi conseguido num cenário de cortes generalizados do orçamento europeu e de redução de recursos para a Política de Coesão, no qual o nosso país perdeu 9,7% de fundos.

Tratou-se, por isso, de alcançar o sucesso num processo negocial difícil com a República em que os resultados positivos são também uma demonstração clara da capacidade que o Governo Regional teve de influenciar, na parte que lhe competia, as instâncias comunitárias.

Ainda mais porque, nos últimos anos, os Açores desenvolveram-se a um ritmo elevado quando comparados com as outras regiões convergência. Sendo que esse facto, segundo grande parte das análises, indiciava uma menor necessidade de financiamento comunitário.

O ponto de partida tinha, por conseguinte, um enquadramento difícil e adverso. A expectativa generalizada, a começar pelos parceiros sociais e partidos políticos, era a de que teríamos uma redução significativa de fundos comunitários disponíveis para os Açores a partir de 2014.

Porém, tal não aconteceu.

O resultado amplamente positivo, agora materializado foi o reconhecimento por um trabalho desenvolvido ao longo dos tempos, pelo atual e anteriores Governos Regionais.

Não foi difícil evidenciar que a Região teve uma capacidade de execução e aproveitamento eficaz, eficiente e transparente dos fundos comunitários, que fica bem patente no facto dos fundos nos Açores registarem uma taxa de execução superior à média nacional.

Os Açores eram em 1995 a Região nacional mais pobre com 81% do PIB per capita. Hoje, ultrapassamos várias regiões e apresentamos um PIB per capita de 94% da média nacional. E com finanças públicas regionais equilibradas, em que a nossa dívida pública de 19% do PIB o que compara com a dívida de 78% na Madeira e 129% no país.

Em relação à Europa, os Açores em 1983 tinham um PIB per capita de 39% da média europeia e apresentavam 75% em 2009, ano em que eclodiu a crise. É justo dizer-se que a nossa região aplicou bem as estratégias regionais e os fundos europeus.

Na verdade, os Açores são a região do país que melhor aproveitou estes fundos para convergir com os níveis médios de riqueza da União Europeia.

Assim, sob pena de reversão dos ganhos alcançados não poderiam os Açores ser prejudicados pela redução dos fundos comunitários.

Esta vitória foi também o resultado de um trabalho político-institucional intenso e permanente do Partido Socialista ao longo dos últimos anos. Dá sentido prático e coloca em evidência as vantagens da consagração do Estatuto de Região Ultra Periférica no Tratado da União conseguida em 1999.

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região

Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Membros do Governo

O resultado alcançado assegura uma continuada e prolongada estabilidade financeira da Região e, por esta via, um aumento consistente e sustentado do investimento público e do apoio ao investimento privado com efeitos na criação de emprego e de riqueza na nossa Região.

Os Açores não terão apenas mais fundos comunitários ao seu dispor. Teremos uma acrescida responsabilidade no aumento da empregabilidade, na percentagem da formação superior do nosso capital humano, na redução da pobreza, na redução do abandono escolar, no aumento da investigação e desenvolvimento, no uso de energias renováveis, e na diminuição da pegada ambiental.

É neste exigente quadro de referência que a Região apresentará o Programa Operacional para vigorar até 2020.

Nunca é demais sublinhar a prontidão com que o Governo Regional iniciou os trabalhos preparatórios desse Programa por forma a assegurar a rápida disponibilização dos recursos financeiros.

A mobilização destes recursos será fundamental para continuar o caminho de desenvolvimento e de modernização dos Açores através do relançamento de políticas de investimento, crescimento, emprego, inovação e proteção social.

No quadro do já acordado com as instâncias europeias e nacionais, o Governo Regional - após concertação com partidos e parceiros sociais - definiu prioridades estratégicas de investimento para o próximo Quadro Comunitário de Apoio que merecem referência.

Do montante dos fundos comunitários, o Governo Regional decidiu afetar 855 milhões de euros a intervenções financiadas pelo fundo FEDER, 290 milhões de euros para o Fundo Social Europeu e 63 milhões de euros para investimentos em transportes e ambiente, através do Fundo de Coesão.

Com esta repartição, o Governo dos Açores sinaliza de forma muito clara que as políticas ativas de emprego (formação e qualificação) são uma prioridade nas políticas públicas registando, em comparação com o atual período 2007-2013, um reforço de 100 milhões de euros da dotação que se atribui ao fundo que as financiará, o Fundo Social Europeu.

Os 918 milhões de euros para o FEDER e Fundo de Coesão, permitirão manter um nível significativo de investimento público, quer aquele que é da responsabilidade do Governo, quer o que ficará na dependência das Autarquias Locais, em áreas como a educação, a tecnologia, a inovação, a saúde, a investigação, a eficiência energética, a reabilitação urbana, os transportes e o ambiente, e ainda, o financiamento da aplicação na Região de sistemas de incentivos e de apoio ao investimento privado das empresas regionais.

Para além dos fundos de coesão, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), instrumento financeiro essencial no apoio à atividade agrícola, um dos pilares da economia regional, contará com um envelope financeiro para o período 2014-2020 de 295 milhões de euros, montante superior em 21 milhões de euros à dotação para o corrente período de programação 2007-2013 para os Açores.

O Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEMAP), associado à política marítima e das pescas, apoiará os projetos dos Açores a partir de um envelope financeiro que será praticamente idêntico ao atual, um montante de cerca de 35 milhões de euros.

Para o desenvolvimento da Cooperação Regional Transfronteiriça e Transnacional, os Açores asseguraram um reforço de 50%, passando dos atuais 5,2 milhões de euros de

comparticipação comunitária para 7,8 milhões com possibilidade de aceder a um suplemento que ronda os 2,7 milhões.

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região

Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Ao contrário de outros que preferem divagar na sua ação pseudoreformista em torno de matérias que não são prioritárias, e que por vezes parecem mesmo apenas servir para cavalgar a mais básica demagogia, o PS afirma e salienta que o próximo Quadro Comunitário será um marco na consolidação do desenvolvimento dos Açores.

Para o PS, este é que será o derradeiro desafio de afirmação da nossa Autonomia, usando o novo quadro comunitário como um instrumento determinante para um novo ciclo de desenvolvimento dos Açores.

As prioridades que destacamos, e os montantes financeiros que lhes estão associados, asseguram os meios necessários para os Açores prosseguirem o caminho de crescimento e de convergência assente na sustentabilidade e na competitividade da nossa economia. Um processo no qual o sector privado terá um papel ainda mais relevante que no passado.

Este novo quadro comunitário representa um desafio exigente de modernização e de desenvolvimento. Não será um caminho de facilidades. Exigirá muito dos açorianos e dos

sectores mais dinâmicos da nossa sociedade mas permitirá abrir novas oportunidades que devemos aproveitar e vencer, tal como temos feito até aqui.

Disse!

Sala das Sessões, Horta 11 de Março de 2014

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista-Açores

José Carlos San-Bento